



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Patrícia Adorno Aguiar

**Um passeio por caminhos invisíveis:
fontes de informação sobre o Bará do Mercado**

**Porto Alegre
2015**

Patrícia Adorno Aguiar

**Um passeio por caminhos invisíveis:
fontes de informação sobre o Bará do Mercado**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lizete Dias de Oliveira

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Dr.^o André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof.^a Dr.^a Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof.^o Dr. Valdir Jose Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Souza

Coordenador Substituto: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A282c Aguiar, Patrícia Adorno

Um passeio por caminhos invisíveis: fontes de informação sobre o Bará do Mercado [manuscrito] / Patrícia Adorno Aguiar ; Lizete Dias de Oliveira [orientadora]. – Porto Alegre, 2015.

xx f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre (RS), 2015.

1. Fontes de informação. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio cultural imaterial
4. Religiões de Matriz Africana. 5. Mercado Público de Porto Alegre. I. Oliveira, Lizete Dias. II. Título.

CDU: 299.6 (093)

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcellos, 2705, Bairro Santana

Porto Alegre/RS – CEP: 90.035-007

Tel.: (51) 3308.5067

Fax: (51) 3308.5435

E-mail: dcu@ufrgs.br

PATRICIA ADORNO AGUIAR

**Um passeio por caminhos invisíveis:
fontes de informação sobre o Bará do Mercado**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lizete Dias de Oliveira

Aprovada em ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lizete Dias de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. Dr. Álvaro de Souza Gomes Neto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinador

Prof.^a Me. Marlise Giovanaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinadora

***Aos meus pais Marco e Issara pelo apoio, suporte e incentivo.
Ao maior homem que já conheci, meu avô Agenor Aguiar (in memoriam).
E a luz dos meus dias, a razão do meu viver minha filha Layla Adorno Aguiar.***

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora, profa. Dra. Lizete Dias de Oliveira por ter acreditado em mim e no meu trabalho, pela indicação de caminhos quando tudo parecia nebuloso, pelas correções e incentivos sempre.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu corpo docente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

Aos professores, grandes mestres Álvaro de Souza Gomes Neto e Marlise Giovanaz que aceitaram fazer parte de mais esta etapa do curso, participar da minha banca examinadora.

Ao prof. Rodrigo Caxias pela oportunidade de trabalhar ao seu lado durante alguns semestres como sua monitora, compartilhando experiências, conhecimentos e idéias.

Aos meus pais, Marco Aurélio Gonçalves de Aguiar e Issara Maria Adorno Aguiar, pois sem vocês não teria chegado até aqui, o incentivo, as oportunidades e o amor.

À bibliotecária Sandra Vanoni, primeira profissional a me dar uma oportunidade de trabalho, profissional exemplar, que virou amiga e que guardo dentro do meu coração.

À bibliotecária e professora Ivete Tazima, pelo acolhimento, pelas oportunidades de aprendizado e pelo convívio.

Aos colegas e amigos que fiz durante os anos de curso, mas em especial queria agradecer duas pessoas que seguirão na minha vida fora da academia, Adriana Sanches que nunca me deixou desistir, toda vez que quis largar tudo você tinha uma palavra de incentivo, muito obrigado se cheguei até aqui você tem muitos créditos nisso. E a Raquel Castro que acabei conhecendo no final do curso, mas que fechamos de primeira, obrigado pelo apoio, motivação e pela companhia no verão.

À todos que de alguma forma participaram da elaboração deste trabalho, abrindo as portas de seus Ylês, em especial a Carla Adriana da Silva dos Santos que abriu as portas de sua casa para uma tarde iluminada de muitos ensinamentos.

Em especial quero dar um agradecimento final para os meus entrevistados, sem vocês esse trabalho não existiria, teria ficado apenas no projeto. Ao advogado e

pesquisador Osvaldo Reis pelo feriado que abriu as portas do seu escritório para me conceder além das entrevistas ensinamentos maravilhosos sobre as religiões de Matriz Africana.

Ao Marcel Dubois que me concedeu um final de tarde em meio às suas atividades.

Ao Tiago Moraes que mesmo durante seu expediente de trabalho, conseguiu separar um tempo para me conceder sua entrevista.

Ao Aristides Fontoura, que separou uma manhã para uma conversa amigável e de muitos ensinamentos.

Ao Marcelo de Oxalá, que abriu as portas de seu templo para muito mais do que uma entrevista, me deu oportunidade de vivenciar a religião, me mostrou o verdadeiro significado de um templo religioso dentro da comunidade.

Obrigado a todos que contribuíram de alguma forma, em apoio, pensamentos positivos e motivação!

*Não sou descendente de escravos.
Eu descendo de seres humanos que foram escravizados.
(Makota Valdina)*

RESUMO

Estudo exploratório que analisa as fontes de informação de um bem cultural de natureza imaterial da cidade de Porto Alegre, o Bará do Mercado. Sob uma ótica cultural e patrimonial, este estudo parte de uma análise histórica e coleta de entrevistas. Analisando os rituais realizados neste espaço pelas religiões de Matriz Africana, com o intuito de reconhecer e destacar costumes e tradições, dos grupos e indivíduos que preservam a Tradição do Bará do Mercado. Este trabalho resgata valores religiosos e de identidade negra da cidade de Porto Alegre, oferecendo com isso subsídios para o cumprimento da Lei 10.639/2003 que torna obrigatórios conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.

Palavras-chave: Fontes de informação. História Oral. Patrimônio. Religiões de Matriz Africana. Bará do Mercado.

ABSTRACT

An exploratory study that analyzes the sources of information of an intangible cultural good from Porto Alegre city, the Bara from the public Market. From a cultural and heritage point of view this study starts with a historical analysis and data from interviews. Analyzing the rituals performed by religions from an African background in order to recognize and highlight behaviors and traditions from groups and individuals who preserve the tradition of the Bara from the Market. This work rescues religious values and the black identity from Porto Alegre, thus subsidizing it to abide the Law 10.639 / 2003 that makes mandatory African-Brazilian and African culture and history in schools curriculum.

Keywords: sources of information. Oral history. Equity. Background African religions. Market's Bara.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	O Mercado Público no Século XIX, ainda somente com 1 piso.	34
Figura 2	Área Central 1909 - Mercado Público com segundo piso	35
Figura 3	1912 - Primeiro incêndio	35
Figura 4	Incêndio no Mercado Público de Porto Alegre em 2013	37
Figura 5	Tambor	39
Figura 6	Pegada Africana	40
Figura 7	Bará do Mercado	41
Figura 8	Painel Afrobrasileiro	42
Figura 9	Príncipe Custódio	51

LISTA DE SIGLAS

AFROBRAS – Federação das Religiões Afro-brasileiras

COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-cultural

EPAHC – Equipe do patrimônio histórico e cultural

FAPA- Faculdade Porto-Alegrense

GHC – Grupo Hospitalar Conceição

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	METODOLOGIA: PERCURSO DA CRIAÇÃO	18
3	CAMINHOS DA INFORMAÇÃO.....	23
3.1	FONTES DE INFORMAÇÃO	23
3.2	PATRIMÔNIO CULTURAL	26
3.3	PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO	30
4	CAMINHOS QUE LEVAM AO BARÁ DO MERCADO	33
4.1	MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE	33
4.2	MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE.....	38
4.3	AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	42
4.4	O ORIXÁ BARÁ	45
4.5	A TRADIÇÃO DO BARÁ DO MERCADO	47
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIA.....	56
	APÊNDICE A – Roteiro para coleta de depoimento com pesquisador	61
	APÊNDICE B – Roteiro para a coleta de depoimento de Babalorixá ou Filhos de Santo.....	62

INTRODUÇÃO

O vai-e-vem das mais de cem mil pessoas que circulam todos os dias pelos corredores do Mercado Público de Porto Alegre acaba por esconder o Marco do Bará do Mercado. Tombado como bem cultural de natureza imaterial da cidade, o Bará, localizado no centro do prédio do Mercado, representa não só parte da história da cidade, mas também o reconhecimento religioso das comunidades de Religião Matriz Africana do nosso Estado.

O Mercado Público de Porto Alegre está localizado no coração da cidade, entre as Avenidas Borges de Medeiros e a Praça Pereira Parobé. No Mercado encontram-se produtos regionais como erva mate e a cuia para o chimarrão, produtos naturais, peixarias, lojas de especiarias como doces, manteigas, vinhos e frutas nacionais e importadas, grãos, além de artigos religiosos e produtos exóticos, muitos destes só encontrados nas suas bancas.

Criado em 1869 para o abastecimento local, ao longo do tempo esse espaço transformou-se de um centro de compras para também um lugar turístico, místico, um espaço democrático, um patrimônio histórico e cultural da cidade que proporciona encontros, e desencontros de indivíduos de todas as camadas sociais, étnicas e religiosas. Reduto de encontro dos boêmios e poetas da cidade, o Mercado Público carrega consigo a memória de várias gerações e tradições. Ao caminhar por seus corredores vivencia-se um passeio na história da cidade. Ali são guardadas muitas histórias que fortalecem as tradições étnicas e religiosas em seu espaço, desenvolvendo uma memória coletiva do povo porto-alegrense.

Seus corredores guardam segredos e assumem um papel de grande importância para as Religiões de Matrizes Africanas. Neste espaço encontramos o Orixá Bará, para onde os “iniciados”, chamados de *laôs*¹ ao levantarem do chão após suas primeiras obrigações, realizam o *passeio* que deve ser iniciado pelo Mercado Público. Esta tradição está incorporada aos ensinamentos da religião africana local, mas permanece com a mesma simbologia das cerimônias realizadas na África. Assim, falar sobre o Mercado Público é resgatar a memória de uma comunidade, fruto de diversos saberes, que somados, resultam em uma representação de valores históricos.

¹Palavra de origem yoruba, é a denominação dos filhos-de-santo já iniciados na feitura de santo.

Ao pensar que memória preserva o conhecimento disponível à sociedade que rege a constituição do saber, essencial para construção individual, surgiu este trabalho cercado de questionamentos e curiosidades em torno deste espaço. Depois de seguir cursos e seminários sobre as religiões afro-brasileiras, senti necessidade de resgatar e de reconhecer a identidade religiosa das comunidades de Matriz Africana que vivem no Rio Grande do Sul e que tem como seu principal ponto de identificação o Mercado Público de Porto Alegre.

Como profissional da informação que assume o papel primordial de recuperar e preservar a história da sua comunidade, participando do processo de transferência da informação, o presente estudo tem o intuito de mapear as fontes de informação sobre o Bará do Mercado. As fontes de informação estão sendo entendidas como quaisquer recursos materiais como notícias ou testemunhos, refletindo na organização dos dados coerentes ou não com outra informação deste patrimônio que é referência da cidade de Porto Alegre para o comércio, cultura e religião.

Partindo deste pensamento, propomos uma reflexão sobre a tradição do Bará do Mercado e a sua importância para a memória das comunidades da religião de Matriz Africana, que culminou com seu registro como Bem Cultural de Natureza Imaterial.

Esta monografia justifica-se pelo reconhecimento da importância da preservação, valorização e divulgação do Marco do Bará do Mercado, respeitando e preservando as tradições das Religiões de Matriz Africana. Nesse sentido, o presente trabalho acaba por oferecer subsídios para o cumprimento da Lei 10.639/2003 que torna obrigatórios conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares.

Nosso objetivo é a identificação das diversas fontes de informação sobre as religiões de Matriz Africana que realizam rituais no interior do Mercado Público de Porto Alegre, reconhecendo a importância deste patrimônio para comunidades religiosas. Assim, para cumprir esse objetivo geral, investigamos o significado do Mercado Público de Porto Alegre para as religiões de Matriz Africana; buscamos entender o significado do passeio do *Ialô*; investigamos as

origens do culto ao Bará do Mercado e, finalmente, investigamos como foi realizado o assentamento do Bará do Mercado.

A fundamentação teórica está baseada em três conceitos principais, o de fonte de informação, o de patrimônio cultural e sobre as religiões de Matriz Africana. Metodologicamente utilizamos, além das fontes tradicionais da Biblioteconomia como os livros, os impressos e periódicos que relatam os acontecimentos em torno do Mercado, artigos e fontes de produção acadêmica, diversas outras fontes de informação, como documentários e entrevistas. Ressaltamos como fonte de informação a importância dos vídeos *A tradição do Bará do Mercado* produção de Anelise Guterres e *Mestre Borel ancestralidade negra em Porto Alegre* direção de Anelise Guterres.

As entrevistas, abertas e semi-diretas, realizadas durante o período de maio a setembro do ano de 2014 na cidade de Porto Alegre, deram voz a dois Babalorixás, um pesquisador de cultura afro-religiosa e dois adeptos das religiões de Matriz Africana no Rio Grande do Sul. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, que busca profundidade pois trata de valores, crenças, opiniões, atitudes e reconhece a complexidade dos fenômenos, tomamos certas precauções na hora da realização das entrevistas. Primeiramente que o reavivar a memória de quem viveu um fato, trata de um resíduo de uma ação específica. Por outro lado, a repetição e os detalhes podem fazer ou não sentido, para a busca da reconstituição de uma parte da história das comunidades de matriz africana no Rio Grande do Sul. Finalmente, já que o contexto do estudo é o Mercado Público de Porto Alegre, os sujeitos participantes desta pesquisa foram selecionados por sua ligação com a história e cultura Afro-Brasileira na cidade.

A monografia está dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, após a introdução, trata da metodologia utilizada na criação deste trabalho sendo que a história oral assumiu uma importância fundamental no processo de pesquisa, assim como assume importância na transmissão do conhecimento, da memória e da identidade da comunidade. O capítulo subsequente explicita o referencial teórico que reflete sobre as fontes de informação e suas diversas formas de suporte, expondo a importância do patrimônio cultural em suas formas, material e imaterial. Por fim, o terceiro e último capítulo, dividido em quatro subseções,

apresenta a história do Bará do Mercado, a partir das fontes de informação consultadas ou produzidas, como é o caso das entrevistas.

2 METODOLOGIA: PERCURSOS DA CRIAÇÃO

Minha história com as religiões de Matriz Africana começou quando eu ainda era criança e minha avó tinha uma Terreira de Umbanda que se chamava Centro Espírita de Umbanda Ogum das Matas Virgens. Minhas tardes de quintas-feiras eram ali, entre pessoas que me viram nascer e que meus avós acolhiam como se fossem da família.

Entre as lembranças que trago desta época, estão as sessões que aconteciam no meio da tarde. Muitas vezes antes do meio-dia ouvíamos passos no pátio em direção à casa dos fundos e espiávamos pela janela da cozinha, enquanto minha avó preparava o almoço e as filas já se formavam. Todos, em um silêncio respeitoso, aguardavam o horário da casa, chegando cedo para garantir o conforto espiritual.

Meu avô, um homem magro e alto, se chamava Agenor Aguiar. Mesmo já com muita idade, era quem arrumava o espaço, fazia os bancos, decorava o espaço e me chamava para ajudá-lo a distribuir as fichas mais cedo, para não deixar o pessoal esperando até a hora de começar. Foi este homem que me ensinou muito do que sei, principalmente sobre os valores da vida. Na época ele era vice-presidente da União de Umbanda de Porto Alegre, então sua casa vivia sempre movimentada, não apenas de pessoas que iam procurar conforto espiritual, mas também políticos e pessoas envolvidas com movimentos sociais na época. Eu, sempre muito curiosa, me enfiava atrás das cortinas que dividiam a sala para ouvir aquele pessoal falar e me encantava com os homens fumando cachimbo e traçando planos para resolver a vulnerabilidade do povo, com ajuda da religião.

As casas de religiões de Matriz Africana dentro das comunidades carentes sempre tiveram um importante papel social, pois são guardiãs da herança cultural daquele povo. Essas casas assumem muito mais do que apenas o papel religioso. Elas acolhem pessoas sem discriminação, muitas delas fazendo o papel do Estado, pois é na porta do Pai de Santo ou Chefe de Terreira que a população bate para pedir auxílio. Para o terreiro não importa se você tem dinheiro ou não.

O tempo passou. Eu cresci. Meu avô partiu há mais de 20 anos. Minha avó fechou as portas da Terreira acreditando que sozinha não conseguiria mais

manter o local. Eu segui meu caminho, conheci outras religiões; muitas outras religiões. Durante esta jornada conheci muitas casas de Religião de Matriz Africana, mas não conseguia distinguir suas origens.

Trabalhei durante alguns anos no Grupo Hospitalar Conceição, onde existe uma Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial CEPPIR-GHC, e foi através desta que comecei a participar de eventos promovidos para comunidade negra, e assim começam a surgir os questionamentos religiosos.

Querendo conhecer mais sobre religião, mesmo após o desligamento da instituição, continuei participando das Semanas da Consciência Negra, onde aconteciam seminários e as Jornadas Ancestrais que são eventos ministrados por babálorixas e ialorixás que tem o objetivo de proporcionar discussões sobre práticas populares alternativas em saúde e demonstrar a visão do atendimento religioso com um olhar de fé e espiritualidade de cada indivíduo. Foi

nestes encontros onde me deparei pela primeira vez com as diversas vertentes de Religião de Matriz Africana que até então para mim eram só a Umbanda e o Batuque.

Com a vida acadêmica comecei a ingressar em atividades de identificação da população negra e vi a luta de uma comunidade para ser reconhecida e respeitada, aprendi que a religiosidade foi uma forma do povo negro preservar sua cultura, idioma e conhecimentos. Entendi também que, por terem vindo de regiões diferentes da África existem varias vertentes da Religião de Matriz Africana no Brasil.

Durante o ultimo curso que participei, já estava construindo o projeto de pesquisa que deu origem a esse estudo. O curso de extensão “Religiões de Matriz Africana no Rio Grande do Sul: história, realidade e identidade”, foi realizado na FAPA no mês de maio de 2014 sob a coordenação de Raul Rebello Vital Junior e organização de Arilson dos Santos Gomes. Foi então que o trabalho, que tratava sobre um príncipe negro que viveu em Porto Alegre, se transformou em trabalho sobre o Bará do Mercado como fonte de informação para Religiões de Matriz Africana.

Foi também no primeiro encontro desta atividade realizada na FAPA que fui presenteada pela Mãe Norinha de Oxalá ² com o primeiro material da minha pesquisa: “A tradição do Bará do Mercado” publicados no ano 2007. O livro foi organizado pelo antropólogo Ari Pedro Oro, José Carlos dos Anjos e Mateus Cunha e possui um DVD dirigido por Ana Luiza Carvalho da Rocha. Nestes encontros conheci e reencontrei pesquisadores de Religião de Matriz Africana, como um dos meus entrevistados, Osvaldo Ferreira dos Reis. Foi ele que me presenteou com o livro fundamental para trabalho, “Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre” que tem a coordenação de Irene Santos, publicado no ano de 2010.

A partir desse momento comecei a visitar as Casas de religião com outro olhar. Com olhar de pesquisadora e com pouco de conhecimento, fui a campo ver de perto as manifestações religiosas. Todas as casas que visitei abriram generosamente as portas para mim, umas mais tímidas, outras com algumas restrições e desconfiança. Destas, em especial, cito as duas que me acolheram e onde passei tardes com boas conversas e ensinamentos. Na Ylê Africano Reino de Bará Agelú, localizada no bairro Bom Jesus em Porto Alegre, a Mãe Carla de Bará me recebeu com toda sua simpatia. Nesta casa consegui observar os preceitos de família na religião e a importância de uma casa para sua comunidade.

Na Sociedade Beneficente e Cultural Reino de Oxalá, localizada no Morro da Policia, bairro Aparício Borges em Porto Alegre, onde fui recebida pelo Pai Marcelo de Oxalufan, que é um dos entrevistados, foi onde me senti em casa, freqüentei festas, presenciei muitos ensinamentos, compreendi as praticas alimentares em quanto elemento social, sacralizante e sagrado e os valores de uma casa de religião.

Ao longo deste percurso conheci os indivíduos que participaram das entrevistas que enriquecerem este trabalho, o advogado e pesquisador Osvaldo Reis que foi entrevistado por sua ligação não só espiritual, mas por estudar, pesquisar e divulgar as religiões de Matriz Africana. Aristides Fontoura que durante os anos de GHC foi um colega que virou amigo e que tem uma participação ativa nas Jornadas Ancestrais e movimento negro dos

² Mãe Norinha de Oxalá é fundadora e presidente da Congregação em defesa das Religiões Afro-Brasileiras – CEDRAB RS.

trabalhadores da saúde. Marcel Dubois e Tiago Moraes, irmãos e grandes amigos que ajudaram neste percurso com os conhecimentos que somente os filhos de santos vivenciam.

Assim, este estudo, além de utilizar diversas fontes de informação reconhecidas pela Biblioteconomia, realizou também diversas entrevistas, usando a história oral como recurso metodológico. Com entrevistas gravadas registrou-se um conjunto de narrativas que resgataram a memória e trouxeram novas perspectivas sobre o objeto de estudo.

A memória faz parte da construção da vida social do indivíduo, é através desta que se constrói a identidade de uma comunidade. Essência da cultura, ponto onde o passado se conserva. Guardiã de inúmeras histórias de vida, ela é reavivada através da fala de quem a viveu. A história oral busca a relação do indivíduo com a história já contada, trazendo assim novas perspectivas para o estudo realizado.

Segundo Verena Alberti (2005, p.165) a metodologia da história oral é muito dispendiosa, pois:

[...] Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros. Como em geral um projeto de pesquisa em História oral pressupõe a realização de várias entrevistas, o tempo e os recursos necessários são bastante expressivos. Por essa razão, é bom ter claro que a opção pela História oral responde apenas a determinadas questões e não é solução para todos os problemas.

Mas a experiência oral nos dá o poder do compartilhamento, ajudando a reconstruir o passado de modo mais profundo e multilateral, caracterizada pela sua informalidade e pela compreensão de quem testemunhou os acontecimentos. Como lembra Queiroz (1994, p.109) é a valorização do singular que leva à “busca de textos únicos e da história de vida de personagens menos importantes”. Ao analisarmos as entrevistas para construção deste trabalho tivemos acesso à multiplicidade de histórias dentro da História como diz a Alberti (2005). Assim os estudos que valorizam a memória estudam processos sociais coletivos em uma comunidade, quando o indivíduo relaciona o mundo com suas narrativas individuais.

A estratégia de realizar entrevistas sem perguntas limitadoras proporciona mais liberdade ao entrevistado para resgatar suas memórias e as emoções de uma história viva, onde tudo aquilo que é guardado se forma como resultado de suas experiências.

A consciência não é vazia e nem solitária, um evento real vivido reconstrói um passado individual, mas nos leva na direção de construir uma consciência coletiva. Ao invés de entrevistar várias pessoas superficialmente sobre determinado assunto, na história oral o pensamento de cada indivíduo tem um papel relevante para comunidade estudada.

A história oral não é um interrogatório, é o momento em que o indivíduo fala livremente sobre o tema proposto pelo entrevistador. Este deve ouvi-lo atentamente e responder eventualmente para que a conversa permaneça viva. Porém devemos tomar cuidado, pois a memória individual pode ser cruzada com a história oficial, e é aí que Pollak (1992) destaca uma das características da memória, que ela é seletiva, pois nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. Esse caráter seletivo é reforçado pela noção de pertencimento afetivo ao grupo ao qual o indivíduo pertence.

Sendo assim, este trabalho busca traçar uma linha entre a fonte documental para um resgate da história de um patrimônio com uma comunidade específica e a história oral cujas informações que podem estar perdidas na memória de seus entrevistados, mas que contem um grande valor para o desenvolvimento cultural desta comunidade.

3 CAMINHOS DA INFORMAÇÃO

A seguir será apresentado os caminhos para construção da informação em torno do tema, definições e importância das fontes de informação para construção de uma pesquisa, patrimônio cultural como parte de formação da identidade de uma comunidade e o patrimônio cultural imaterial como fonte de informação.

3.1 FONTES DE INFORMAÇÕES

As fontes de informação podem vir a ser um instrumento para alcançar um resultado prático de qualquer recurso que responda as necessidades de informação de um usuário, através de diversas formas de conhecimento, remetendo a algo que esteja sendo analisado, investigado e pesquisado. Segundo Aurélio Ferreira (2008, p.412) o termo *fonte* pode ser definido como “[...] documento (ou pessoa) de quem se obtém informação.” Relacionadas à comunicação e ao processo de conhecimento, as fontes são portadoras de informação e podem ser encontradas em diversas formas, suportes e instituições.

O projeto do Museu do Percurso Negro em Porto Alegre, por exemplo, busca visibilizar a comunidade afro-brasileira através de instalações em espaços públicos na cidade de Porto Alegre, onde a memória, identidade e cidadania fazem parte deste processo visual que marca a presença da comunidade negra no desenvolvimento da cidade.

Pensem em museu como um local de preservação da memória e um universo de conhecimentos da história, onde também são encontradas as fontes utilizadas para auxiliar pesquisadores na resolução de suas questões, onde encontramos diversos tipos de fontes, instrumentos e recursos que servem para dar significado informacional na vida de uma pessoa. Segundo Villaseñor Rodriguez (1998, p.31):

[...] todos aqueles instrumentos e recursos que servem para satisfazer as necessidades informativas de qualquer pessoa, que tenham ou não sido criados com esta finalidade e sejam utilizados diretamente [pela pessoa] ou profissional da informação como intermediário.

Mas encontramos uma grande dificuldade para falarmos sobre fontes em termos de definições, por ter um amplo campo de instrumentos e recursos sua produção científica se torna escassa e repetitiva por diversos autores, suas definições se tornam vagas, assim como veremos na definição de Arruda (2002, p. 99) que diz “[...] fontes de informação designam todos tipos de meios (suportes) que contêm informações suscetíveis de serem comunicadas.”

A consulta em fontes de informação permite ao pesquisador identificar, analisar e realizar o levantamento de informações pertinentes ao assunto estudado. Quando começamos uma pesquisa podemos encontrá-las em diversos campos como textuais, iconográficos, visuais e audiovisuais entre outros, é o meio pela qual a informação é veiculada, gerando soluções para problemas gerais e específicos.

A partir desse ponto de vista podemos identificá-las como três tipos de fontes de informação que são as *primárias* que contêm trabalhos originais, são produtos originados pela pesquisa científica, um relatório, um diário pessoal, fotografias, uma entrevista oral entre outros, consentindo em uma nova interpretação de idéias ou fatos. As *secundárias* que carregam informações sobre documentos primários, originários das fontes primárias geralmente contendo a participação de outro autor citam, revisam, analisam, interpretam ou fazem generalização sobre trabalhos originais, como biografias, bibliografias já publicadas, dicionários, enciclopédias, manuais entre outros. E por ultimo, mas não menos importantes, as *terciárias* que se referem aos conteúdos organizados, são sinalizadores ou indicadores de documentos primários ou secundários, sua função é ajudar o usuário na pesquisa de fontes primárias e secundárias, como resumos, índices e guias. No livro Metodologia do trabalho científico (LAKATOS; MARCONI, 1992,p.43) encontramos a definição das fontes primárias e secundarias como:

Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizam as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para pesquisa científica. [...] as fontes secundárias trata-se de um levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita.

Quanto à procedência ou origem da informação elas podem ser *pessoal*, quando às pessoas fornecem informações; *institucional* que são documentos que fornecem informações de uma determinada instituição; *documental* objetos que assumem a função de transmitir informação circunstancialmente, ou *bibliográfica* que são documentos impressos usualmente em múltiplos exemplares. Quanto ao canal transmissor da informação pode ser classificado em oral ou documental.

Davenport (1998) nos diz que a informação é um conjunto de “dados de relevância e propósitos”, desta maneira podemos classificar a fonte de informação como todo suporte que transmita o conhecimento necessário para satisfação da pesquisa.

Assim devemos levar em conta alguns critérios que são determinantes para a escolha das fontes que serão utilizadas na pesquisa como a *clareza* na apresentação e organização da informação; a *coerência* como os propósitos do usuário que busca; a *atualização e revisão* são elementos imprescindíveis.

Essa organização proporciona maior familiaridade com o problema a ser analisado, como o objeto de estudo é um patrimônio de natureza imaterial, onde sua história foi passada oralmente por gerações, a atualização será feita com entrevistas e revisão de documentários e trabalhos já publicados, resgatando elementos que podem ter ficado perdidos, ou trazendo novas compreensões sobre o objeto.

Tendo como objetivo gerar conhecimentos úteis para o avanço da ciência, aplicação da prática e a solução de problemas específicos. Esses processos de identificação, localização, acesso, interpretação e avaliação são cruciais em qualquer área técnica.

Neste processo de identificação e disseminação da informação tratamos as fontes de informação e as tornamos acessíveis.

Conforme Mason (1990, p. 125):

Os profissionais da informação aplicam seus conhecimentos sobre informação e tecnologia com uma finalidade básica em mente: obter a informação certa a partir da fonte certa para o cliente certo no tempo certo e na forma mais adequada para o uso a que se destina e a um custo que seja justificado pelo seu uso.

É desse modo, que como profissional da informação, pretendo desempenhar o papel de disseminador da informação inserido o Bará do Mercado, um bem imaterial como o possível objeto de pesquisa das Ciências da Informação e no desenvolvimento social da comunidade negra de Porto Alegre. Tendo assim um papel importante tanto na divulgação quanto na orientação da utilização das ferramentas de gerenciamento das fontes de informações disponíveis.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Entende-se como patrimônio cultural o que encontramos na formação da cultura, como a memória e identidade de um povo, este é parte da formação de uma história, é a identidade de uma população, onde são guardados registros de acontecimentos e fases da história de uma comunidade.

No decreto de Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 constitui em seu Art. 1º o patrimônio cultural e histórico nacional como:

“ [...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

Podemos pensar em patrimônio histórico e artístico como uma herança que recebemos dos antepassados, fundamental para contarmos a história do nosso país, mas em 1988 em nossa Constituição Federal este termo foi modificado e passou a se chamar patrimônio cultural no qual foi ampliando seu conceito como é citado no Art. 216 abaixo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, a partir desse novo conceito, pensemos em patrimônio cultural como identidade e cultura de um povo, composto por monumentos, vestígios de caráter cultural, representações, expressões e conhecimentos gerados por diversos grupos que escreveram a história de nossas cidades, estados e países.

Foi dentro deste contexto que em 15 de maio de 2013 a Equipe do Patrimônio histórico e cultural (EPAHC) comunicou que o Bará do Mercado foi inscrito no Livro de Registro de Lugares como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial da cidade de Porto Alegre apresentando a seguinte descrição como parecer:

“O Bará do Mercado é um espaço na encruzilhada central do Mercado Público Central de Porto Alegre, que se constitui como Lugar de referência secular para os religiosos de matriz africana. Ali, no centro do Mercado ocorre a manifestação religiosa denominada *passeio* e é o lugar da Morada do Orixá Bará. O Orixá Bará é compreendido como o Senhor das Encruzilhadas, capaz de abrir e fechar caminhos. Saudar e cultuar o Orixá Bará no Mercado Público com a intenção de obter fartura, abundância, prosperidade e a abertura de caminhos tem sido uma prática dos adeptos das religiões de matriz africana presente na história da cidade por mais de um século. Esta manifestação cultural, étnica e religiosa é uma marca histórica da territorialidade negra e da religiosidade afro-brasileira na cidade de Porto Alegre.”

Estes espaços podem ser utilizados para transmitir a história de uma comunidade para gerações futuras, sendo uma fonte infindável de referência e riqueza cultural, contribuindo para valorização cultural e étnica de uma comunidade, podendo ser encontrados em diversas formas, e criam relações simbólicas, místicas biográficas e afetivas para um determinado grupo.

Então, o patrimônio pode ser visto como um grande acervo que carrega consigo a história de uma comunidade, um conjunto de bens culturais referente a uma identidade coletiva. Trata-se de bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, um conjunto de manifestações que compreendem um universo de representações da vida social e econômica de uma comunidade.

A *Carta de Veneza de 1964* nos fala destes patrimônios como portadores de mensagem espiritual, obras monumentais que perduram no presente como testemunhos vivos das tradições seculares de cada povo, ressalta a importância da conservação e preservação destes bens. Entretanto

essa Carta destaca apenas monumentos históricos, esculturas, pinturas e decorações.

Pensemos em patrimônio cultural tangível como bens materiais, para fins da *Convenção para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural* de 1972 da UNESCO em seu art.1º são considerados:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Neste ponto de vista reconhecemos o patrimônio cultural material como construções e obras de arte, incluindo os sítios arqueológicos com valores históricos. Em uma reflexão sobre o tema, Marlise Giovanaz (2007, p. 2), diz que a cidade guarda em sua imagem vários momentos de diferentes lutas, como teimosias inscritas nas pedras da calçada e monumentos erguidos aos sucessivos vencedores, um passado que ao longo do tempo recebe diversos significados. Assim estes bens tangíveis se tornam indispensáveis para escrevermos a história, mas sem deixar de lado o imaginário das comunidades que o utilizam.

Intangíveis seriam então os bens imateriais que se resumem em expressões culturais e tradições de um povo, onde devemos nos importar com objetos de memória, conforme o IPHAN os bens culturais de natureza imaterial dizem das práticas e domínios da vida social, que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, transmitidos de geração a geração, recriados pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, gerando um sentimento de identidade e continuidade.

Assim, este é o preservar da ancestralidade de uma comunidade através de suas celebrações, lendas e costumes. O Bará do Mercado é um patrimônio,

pois é o saber fazer, uma linguagem peculiar de uma determinada comunidade, é o cultivo da memória comum que guarda testemunhos do passado.

Em 1989 surge a *Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*, (1989, p.1), que reconhece “a natureza específica e a importância da cultura tradicional popular como parte integrante do patrimônio cultural e da cultura viva”, considerando a afirmação da identidade cultural e a relevância social, cultural, política para aproximação entre povos e grupos sociais existentes.

E é esta valorização da memória em trabalhar com a recuperação informal da cultura que o Museu de Percurso Negro em Porto Alegre visibiliza, construindo referências importantes para a história do povo negro em Porto Alegre este projeto tem como proposta combater a invisibilidade social do negro revelando assim sua existência e seu papel no desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado. (VARGAS,2015, p.8)

Este tipo de manifestação tem registro no anteprojeto de lei elaborado por Mario de Andrade em 1936, que criou uma idéia de patrimônio que envolvia o registro de manifestações culturais de natureza variada, incluindo como categoria de obra de arte patrimonial instrumentos de caça, de pesca, de agricultura, vocabulário, cantos, lendas, magias e culinárias (SANT’ANNA, 1995 apud RHODEN, 2002).

Luiz Fernando Rhoden (2002, p. 254) cita que mesmo não sendo aproveitado na época, o anteprojeto teve sua idéia retomada nos anos 70 pelo Centro Nacional de Referência a Cultura, proporcionando importantes reflexões para ampliação de patrimônio cultural, originando o artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

Neste mesmo contexto o Decreto de Lei n. 3.551 de 4 de agosto de 2000, instituído como *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituindo quatro gêneros de livros registros :

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Estas práticas sociais a qual a comunidade exprime suas culturas são constantemente recriadas por seus indivíduos, então o que realmente vale neste saber cultural, se ele foi modificado através dos tempos, como classificá-lo como patrimônio se foi alterado? Mas sabemos que mesmo modificado, este saber tem o sentido de continuidade, o respeito por uma tradição de seus ancestrais, é a busca e o reconhecimento da identidade de um povo. A cultura imaterial envolve processos interiores, vividos e pensados, só conseguindo sobreviver se possuir algo concreto para poder perpetuá-lo, Nora (1993) chamou de “lugares de memória”:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariais atas, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.13)

Importante elemento para grupos sociais o patrimônio imaterial está enraizado no cotidiano das comunidades, a identificação e registro destes os tornam acessíveis ao público permitindo assim o reconhecimento de sua existência, o valor da manifestação e sua continuidade.

3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Se a Biblioteconomia engloba no estudo de fontes de informação os mais variados suportes documentais, a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 216, entende a cultura como todas as formas de ações pelos quais os povos expressam sua maneira de criar, fazer e viver.

Considerando que o patrimônio cultural é como uma memória social encontrada em um espaço na cidade e que conseqüentemente nele encontramos informações sobre crenças, arte, moral e costumes sobre a comunidade a qual pertence, este poderá ser pensado como um grande acervo

informacional detentor de fatos e idéias daquele povo. Marlise Giovanaz (2007, p.236) diz que devemos pensar que cada geração relê e refaz o patrimônio de sua nação, e que esta leitura é feita do presente para o passado, interpretando-os de acordo com um sistema simbólico vigente, então concluo que devemos pensar qual patrimônio que queremos preservar?

O patrimônio cultural tem uma grande importância para a construção da memória e identidade de sua comunidade, considerando a visão de Gonçalves (1996, p.82-83):

A expressão "patrimônio cultural" é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais: artesanatos, rituais, festas populares, religiões populares, esportes etc. Enquanto objetos ou práticas sociais objetificadas, são todos apropriados com o propósito de serem exibidos e contemplados.

Assim se ele designa essa expressão como tudo que foi criado pelo homem, podemos então dizer que quando falamos de patrimônio cultural é tudo aquilo que tem um sentido social, não pensando como objetos que vem somente do passado, mas também com os que estão presente em nossa sociedade.

Podemos entender então que o patrimônio cultural funciona como um grande documento para compreensão do desenvolvimento de uma sociedade. Araripe (2004, p.115) define seu significado como "O patrimônio, pelo seu teor simbólico e sua significação funciona como chave de entrada para a compreensão de uma época, de uma sociedade ou de um momento de vida social.", que tem o papel de manter um senso de identidade e continuidade, assim o patrimônio cultural imaterial protege a memória e as manifestações culturais de uma determinada comunidade e nos leva a preservação de crenças, saberes e fazeres.

É neste sentido que um povo constitui sua cultura através de tradições, línguas, folclores, saberes e festas, estas se tornam uma rica fonte de informação para determinadas comunidade.

Nos estudos sobre as fontes gerais da informação vemos que a identidade de uma pessoa é formada por sua história de vida, história da sua

família e o lugar de onde veio e é isso os que as tornam únicas. Mas conforme apresenta Natália Brayner (2007, p. 7) estas pessoas únicas compartilham histórias e memórias coletivas formando assim um grupo social onde estes “[...] estão ligados por um passado comum e por uma mesma língua, por costumes, crenças e saberes comuns, coletivamente compartilhados”. Mas o ser humano não usa seus patrimônios apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas também pode ser usado para transmitir as manifestações de uma determinada comunidade e não existe apenas para representar idéias e valores abstratos, mas de certo modo constrói e forma pessoas (GONÇALVES, 2009, p.31).

A preservação deste patrimônio intangível se torna importante para construção e resgate da história não somente de comunidades, mas também das pessoas, o que teve seu reconhecimento pela UNESCO, 2003, na *Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*, quando coloca em sua salvaguarda que os processos de globalização e transformação social ao mesmo tempo em que criam diálogos entre comunidades, podem gerar o fenômeno da intolerância criando assim “[...] graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição dos patrimônios culturais imateriais [...]” (2003, p.1), e ainda considera que este tipo de patrimônio cumpre o fator de aproximação, intercâmbio e entendimento dos seres humanos.

Analisando as informações acima citadas e comparando com as definições anteriores que definem as fontes de informação como documentos ou pessoas que detêm a informação, instrumentos e recursos que servem para satisfazer suas necessidades como diários pessoais ou entrevistas orais.

Valendo-se assim da necessidade de registrar o passado e preservar esta memória, podemos reconhecer o patrimônio cultural imaterial como uma fonte de informação primária, do ponto de vista que rica em conhecimento, que carrega a importância da identidade cultural de uma população, assegurando com este suporte a sobrevivência de diversas culturas, garantindo sua identificação, preservação e disseminação.

4 CAMINHOS QUE LEVAM AO BARÁ DO MERCADO

A seguir será apresentado um breve histórico sobre o objeto de estudo, os depoimentos recolhidos nas entrevistas onde será preservada a identidade dos sujeitos, utilizando uma nomenclatura de iniciais dos nomes que não os identificam e as falas analisadas dos documentários sobre o Mercado Público de Porto Alegre, o Museu de Percurso Negro em Porto Alegre, as Religiões de Matriz Africanas no Rio Grande do Sul, o Orixá Bará e a Tradição do Bará do Mercado.

4.1 MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

O Centro Histórico de Porto Alegre é um bairro da capital que compreende a área histórica da cidade, uma região rica em prédios antigos, um referencial para contar a história da nossa cultura, economia, política e religião. Com o desenvolvimento da cidade formado ao seu redor, o Centro Histórico conta a origem da cidade desde seus primeiros ocupantes. É neste bairro que encontramos histórias e costumes de seus habitantes, em ruas, vielas, patrimônios e pessoas que ali circulam, onde se guardam lembranças adormecidas, acontecimentos que marcaram não somente a história do Estado, mas também do país.

No chamado Paralelo 30°, localizado ao lado da Avenida Borges de Medeiros surge em 1844 a primeira edificação do Mercado Público Central de Porto Alegre. Por este espaço não corresponder mais ao desenvolvimento da cidade, em 1857 começa-se a pensar em uma nova construção, com a abertura de caminhos para o comércio. É neste cenário de desenvolvimento sobre o primeiro aterro da cidade que surge, em 1869, um dos principais cartões postais do nosso Município, posteriormente reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre, o Mercado Público Central de Porto Alegre. Localizado no “*Largo do Paraíso*”, onde hoje conhecemos como a Praça XV de Novembro, entre a Doca de Frutas e a Doca de Carvão, às margens do Guaíba. A Câmara Municipal aprovou e levou ao Presidente da Província o projeto de um novo Mercado Público feito pelo engenheiro

Frederico Heidtmann em 1863, em 29 de agosto do ano seguinte foi lançada sua “*pedra fundamental*”. No dia 03 de outubro de 1869 é inaugurado o Mercado Público de Porto Alegre, com somente um pavimento como podemos observar na figura 01, construído em estilo neoclássico, abrigando o comércio de abastecimento da cidade. No ano de 1887 já contava com 24 chalés internos para as bancas e, em 1871 se dá o início do calçamento e arborização de seu interior. A importância de um mercado público nas cidades é de abastecimento, na opinião de Pintaudi (2006), é um lugar “tradicional”, onde se pretende produzir uma “identidade” para a sociedade, forma de intercâmbio de produtos encontrados nas cidades desde a Antiguidade.

Figura 01 – O Mercado Público no Século XIX, ainda somente com 1 piso.



Fonte: Fotos antigas do Mercado Público.

Os primeiros açougues só começam a ser autorizados no ano de 1874 e é quando se cogita a construção do segundo piso, tem se informação de que não ocorreu nesta época, segundo o Jornal do Mercado “com o crescimento econômico, diversificação social e econômica do fim do século XIX a proposta é retomada.”, mas a verba recebida é usada na ampliação dos chalés de madeira, o prédio que já abrigava bares, restaurantes e açougues também ofereciam serviços como hotel, barbearia e companhias de seguros.

Com os planos de melhoria da cidade e a com construção da Prefeitura Municipal ao seu lado em 1909 já temos imagens deste prédio na figura 02, com o segundo piso construído.

Figura 02 – Área Central 1909 - Mercado Público com segundo piso



Fonte: Fotos antigas do Mercado Público.

Localizado no Largo Glênio Peres, tem como limite as Avenidas Borges de Medeiros, Júlio de Castilho e a Praça Parobé. Em 5 de junho de 1912 como ilustrado na figura 03, a chama de um fogareiro causou o primeiro incêndio destruindo as bancas de tabua por completo.

Figura 03 – 1912 - Primeiro incêndio



Fonte: Fotos antigas do Mercado Público.

Passou por tentativas de demolição na administração do então prefeito nomeado Telmo Thompson Flores. Em 1971 começa uma intensa campanha na cidade para sua preservação, após varias reformas tem seu modelo arquitetônico eclético, em 21 de dezembro de 1979 foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre.

Ao longo dos seus 143 anos passou por diversos sinistros como os incêndios de 1976, 1979 e 2013, sobreviveu a enchente de 1941 quando o lago Guaíba invadiu as ruas do Centro de Porto Alegre deixando suas portas fechadas por 20 dias.

Este Bem Cultural de nossa cidade possui uma área atual de 12.969,50 m², 110 estabelecimentos entre açougues, peixarias, padarias, lotéricas, banca de revistas, fruteiras, floras de artigos religiosos, bares, lancherias e restaurantes de culinárias variadas. De propriedade da Prefeitura de Porto Alegre, é administrado pela SMIC. Entre os anos de 1990 e 1997 passou por um processo de restauração.

Cavedon (2002, p.2) cita o lado mágico que povoa esse espaço de sociabilidade, comercio, cultura e malandragem, destacando aromas e perfumes que se confundem neste espaço: “[...] o perfume das especiarias se confunde com o aroma do café moído na hora, com o perfume exalado pelas frutas e, ainda, com o odor forte de peixe fresco.”

Segundo Pai Nilson de Oṣun no documentário sobre a Tradição do Bará do Mercado (A TRADIÇÃO..., 2007) “[...] - o mercado significa a fartura, por esta razão o Bará foi sento, para que pudesse ser garantido a alimentação do povo negro através dali.” A culinária para o povo negro de Religião de Matriz Africana tem um significado especial, pois a cozinha é considerada um espaço sagrado onde à fé e o respeito se encontram para o encanto das divindades. A preparação da comida é fundamental para a troca de energia com os Orixás, o preparo dos alimentos dura noites inteiras, para serem ofertados no ritual. Em Porto Alegre muitos destes alimentos são adquiridos no Mercado Central, pois carregam a energia de Bará. Por este motivo quando é realizado o passeio todos os iaôs devem comprar algum alimento deste espaço.

No documentário Mestre Borel: ancestralidade negra em Porto Alegre, dedicado ao Mestre Borel ³ um ancestral dedicado e respeitado dentro dos terreiros de religião defende o espaço sagrado e cultural para história gaúcha que é o Mercado Público de Porto Alegre:

“ -Com o mercado eles não vão derrubar nunca, agora é mesmo é que não pode.
- No bar Naval vinha intelectual e professores até inglês a gente aprendeu ali.” (MESTRE..., 2010)

Figura 04 – Incêndio no Mercado Público de Porto Alegre em 2013



Fonte: Rhian Dantas, G1 Rio Grande do Sul

No incêndio que aconteceu no dia 6 de julho de 2013 como podemos observar na figura 04, o Memorial do Mercado foi consumido pelas chamas, seu acervo documental e iconográfico foi completamente destruído, do espaço que prestava atendimento a pesquisadores e ao público em geral não restou nada. Prejudicando assim o resgate e a preservação da memória do espaço.

³ Walter Calixto Ferreira, o Mestre Borel, foi um representante das religiões de matriz africana e cultura negra no Rio Grande do Sul, respeitado pelo povo negro porto alegre e considerado o mais antigo alabê (tamboreiro de Candomblé ou batuque) faleceu no ano de 2011.

4.2 MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE

O Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre é um projeto que foi desenvolvido para contar a história da contribuição negra na formação da identidade do Rio Grande do Sul, é um trabalho coletivo de pesquisadores, ativistas sociais e artistas plásticos. Para acabar com a invisibilização do negro ao longo da história surge esta iniciativa que demarca os espaços importantes para etnia negra em Porto Alegre com foco na identidade, memória e cidadania com instalações de obras de arte em locais públicos de Porto Alegre.

Sem possuir sede ou endereço fixo o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre segundo (VARGAS, 2015, p.10) surgiu em debates do I Seminário para a constituição de um Centro de Referência Afro-brasileira, o CRAB, no ano de 1997, com a constatação de que faltavam evidências no território da cidade de presença da etnia negra. Assim, foram sugeridos que fossem erguidos marcos físicos para comunicar a memória da presença negra na cidade, mas somente no ano de 2002 com o Projeto Monumenta foi que estas ações foram incorporadas. Vargas conta como, de apenas algumas esculturas em pontos determinados na cidade, surgiu o museu:

O que no início seria apenas a ereção de esculturas em pontos determinados da cidade, havia se tornado um projeto de Museu, que em outras palavras significa ser utilizado como instrumento econômico e social do povo negro da Capital, agregando um projeto de educação patrimonial destinada a formação de monitores, e trazendo à tona uma metodologia de trabalho baseada nos valores civilizatórios afro-brasileiros: como é o caso do labor em comunidade e o ato de contar em voz dos griôs (espécie de guardiões da memória) em nome do valor da ancestralidade. (VARGAS, 2015, p.12)

Em paralelo com as construções de obras de arte públicas a equipe do museu mantém cursos para formação de jovens monitores, como a desenvolvida no Quilombo do Areal da Baronesa, que surge com a seguinte missão segundo Janice Dias Ramos:

[...] O Museu surge com a missão de construir conhecimento e de ser um agente catalisador dos processos colocados em andamento. Trata-se de um avanço considerável, com estudantes adolescentes que foram ao longo de quatro meses treinados para fazer monitoria do projeto. Foram aulas de artes, história, cidadania, práticas sociais,

enfim um conjunto de conhecimento passados para que eles estivessem aptos a fazer o trajeto do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre com todo conteúdo teórico, técnico e prático. (RAMOS, 2015, p.26)

Em 2009 o projeto Monumenta reuniu um grupo de artistas plásticos para representar esteticamente a contribuição do povo negro na sociedade porto-alegrense em seu percurso histórico, cultural e social, visibilizando a história que só existia em relatos de memória ou pesquisas históricas, resgatando assim a memória através da construção de obras de arte nos espaços públicos.

Hoje o Museu de Percurso do Negro conta com quatro etapas sendo elas:

Etapa I – Tambor: localizado na Praça Brigadeiro Sampaio, tem como autores Gutê, Leandro Machado, Maria Elaine Rodrigues, Mattos, Pelópidas Thebano e Xapelin. Foi inaugurado em 2010 e material utilizado foi concreto amarelo. O tambor fica localizado no antigo “Largo da Forca”, onde muitos perderam a vida enforcados, este instrumento tem como objetivo simbolizar o esforço negro em Porto Alegre e sua trajetória, em torno dele foram desenhadas doze situações que representam o passado, o presente e o futuro do povo negro na cidade. A cor amarela foi sugestão de sacerdotes das religiões de matriz africana, por Porto Alegre ser território do Orixá Oxum.

Figura 5- Tambor

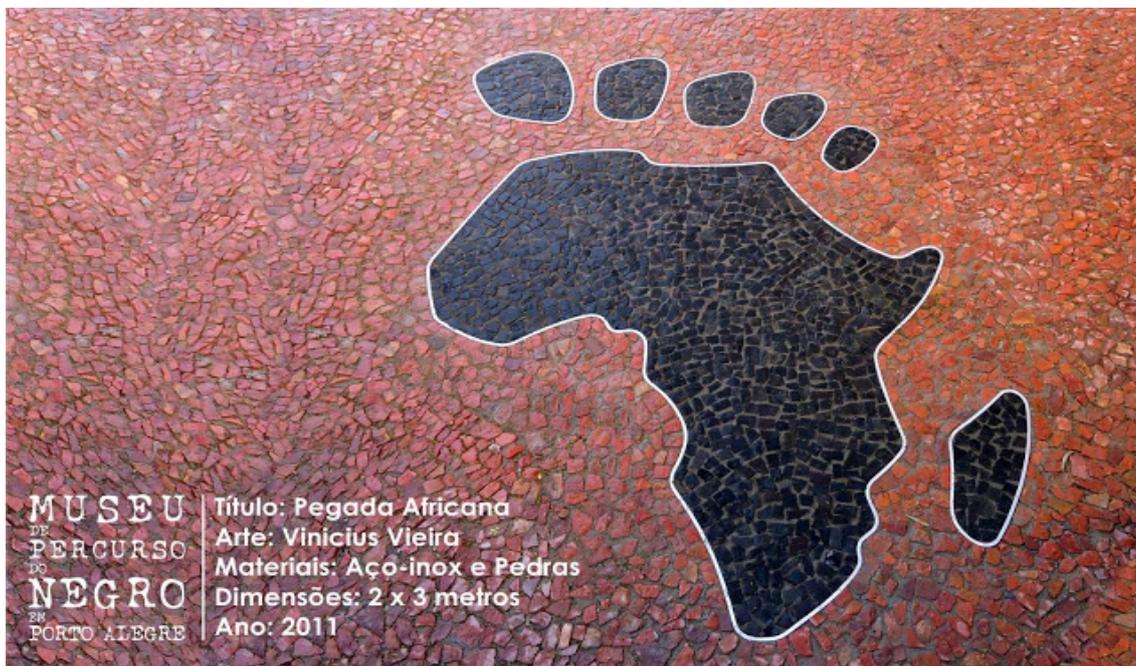


Fonte: Museu de Percurso Negro de Porto Alegre

Etapa II – Pegada Africana: localizada na Praça da Alfândega, tem como autor Vinicius Vieira. Foi inaugurada em 2011 e o material utilizado foi aço e

pedras. Localizada no antigo Largo das Quitandeiras onde as negras minas vendiam seus quitutes, o mapa da África com cinco dedos reafirma a identidade e a permanência do negro no território.

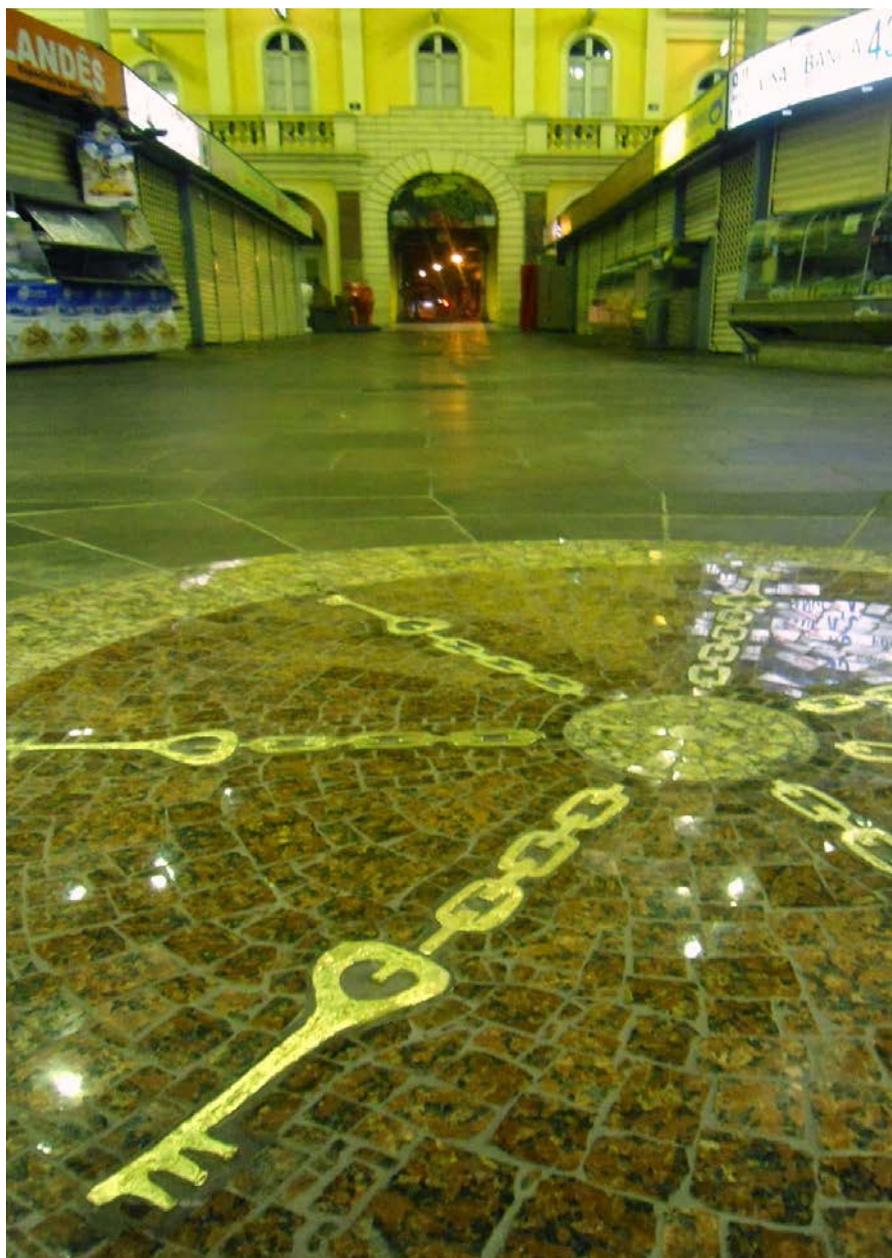
Figura 6 - Pegada Africana



Fonte: Museu de Percurso Negro de Porto Alegre

Etapa III – Bará do Mercado: localizado ao centro do Mercado Público de Porto Alegre, teve a idealização de Mãe Norinha de Oxalá, a concepção de Leandro Machado e Pelópidas Thebano e a execução de Leandro Posenato, Vilmar Santos e Vinicius Vieira. Foi inaugurado em 2013 e o material utilizado foi bronze e pedras. Local onde acredita-se encontrar a força do Orixá Bará, religiosos de matriz africana freqüentam e reverenciam este local através dos tempos, o mosaico feito de pedras vermelhas e amarelas com sete chaves e correntes, marca o assentamento de Bará.

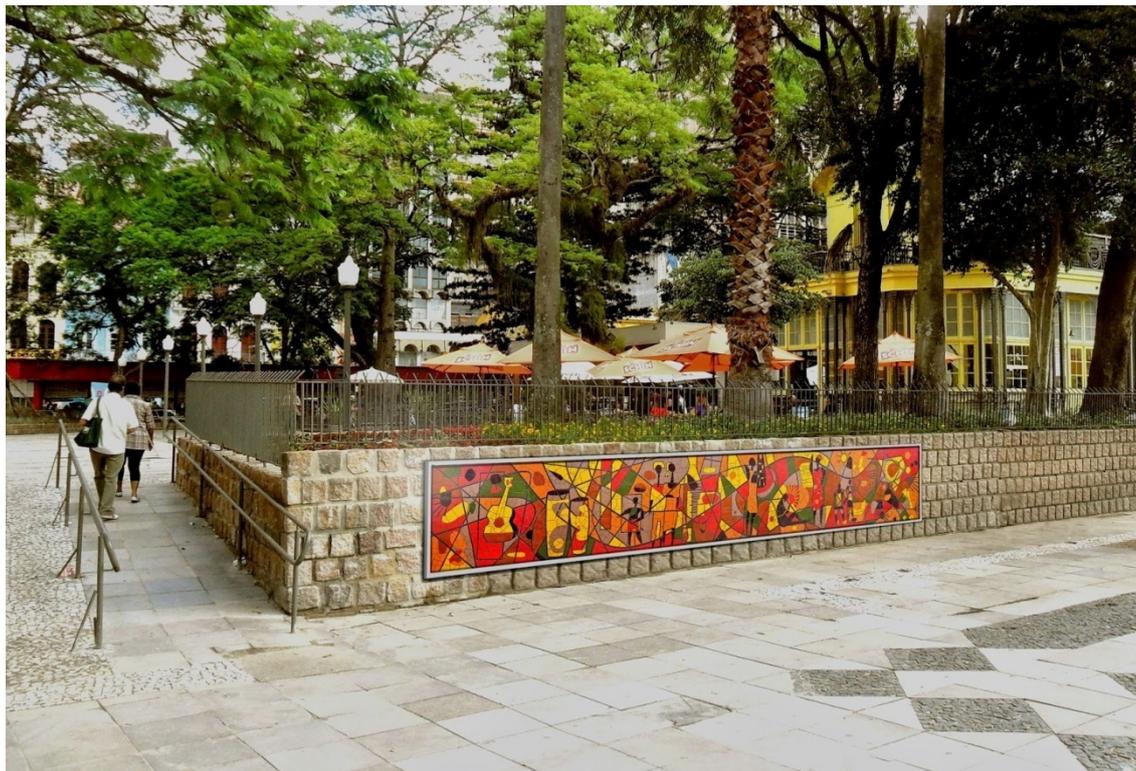
Figura 7- Bará do Mercado



Fonte: Museu de Percurso Negro de Porto Alegre

Etapa IV – Painel Afrobrasileiro: localizado no Largo Glenio Peres, teve concepção de Pelópidas Thebano e execução de Vinicius Vieira. Foi inaugurado em 2014 e o material utilizado foi cerâmica. Localizado junto ao Chalé da Praça XV, evidencia e valoriza a resistência negra, representado por um mosaico retrata como a comunidade negra se manifesta através dos tempos.

Figura 8 – Painel Afrobrasileiro



Fonte: Museu de Percurso Negro de Porto Alegre

O Museu de Percurso do Negro veio para visibilizar a participação da população negra através de sua trajetória, afirmando nos locais onde existe suas obras públicas a passagem e a contribuição do negro para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Porto Alegre. Configurando a etnia negra na identidade gaúcha e evidenciando sua permanência na cidade.

4.3 AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Com a chegada dos primeiros escravos ao Brasil, vindos principalmente da Costa da Mina e de Angola os *Bantus* cultuavam além dos Orixás os espíritos de seus antepassados, estes comerciados principalmente no golfo de Benin, com destaque para o Porto de Ajudá.

Já para o Rio Grande do Sul desceram os negros da Costa Guiné ou Nigéria com suas nações Jeje, Ijexá, Oyó e Nagô. E assim foi incorporada na

cultura brasileira as Religiões de Matriz Africana que se dividem entre várias vertentes em nosso território, pois os negros que aqui chegaram escravizados vieram de diversas localidades onde cada um tinha suas religiões, tradições e habilidades variadas.

De acordo com Prisco (2012, p.3) às religiões de Matriz africana se dividem da seguinte maneira:

- **Os Bantus:** angolanos e congueses que chegaram a partir de 1580 na Bahia. Os negros da Angola foram escravizados junto com os índios de quem receberam o segredo das plantas da terra e criaram os primeiros Candomblés, chamados de Calunduns.
- **Os Djedjes:** chegaram no século XIX e já encontraram um tradição religiosa organizada. Herdaram vários elementos dos Bantus, mas trouxeram muitos recursos importantes da própria tradição Jeje, criando uma segunda tradição aqui.
- **Os Nagos:** junto com os lorubás são os últimos a chegar, mas trouxeram tradições poderosíssimas que influenciam as demais, mas que, por sua vez, também absorveram as tradições já instaladas aqui.

Para Ari Oro (1996, p.153) as religiões afro-brasileiras tem uma variedade de cultos que podem ser condensados em um modelo com três diferentes expressões ritualísticas:

A primeira cultua os Orixás africanos e privilegia os elementos mitológicos, simbólicos, linguísticos, doutrinários e ritualísticos das tradições banto e especialmente nagô. Neste grupo se encontra o *candomblé da Bahia, o xangô de Recife, o batuque do Rio Grande do Sul e a casa de mina do Maranhão*.[...] A segunda forma ritual parece ter surgido no Rio de Janeiro no final do século passado, a partir do candomblé, no seu processo de “abrasileiramento” e de adaptação à vida urbana brasileira. Inicialmente chamada de *macumba*, recebeu mais tarde nomes diferentes de acordo com as regiões brasileiras, os mais comuns sendo *quimbanda, linha negra, magia negra*. No Rio Grande do Sul chama-se *umbanda cruzada e linha cruzada*. [...] A terceira forma ritual é a *umbanda*, surgida também no Rio de Janeiro, na década de 1920. Ela foi, ao longo dos anos, se estruturando de forma sincrética, tendo construído sua doutrina, seus rituais e seu panteão a partir dos elementos provenientes as religiões católicas, africana, indígena, kardecista, oriental, além de interpretar princípios e ideias da psicologia e parapsicologia, da Teosofia e da Rosacruz.

Neste contexto podemos caracterizar o Batuque não como um culto afro-brasileiro e sim um culto afro-gaúcho, pois os Babálorixás que aqui chegaram trouxeram Orixás como espíritos naturais, vindo da própria natureza, segundo Oro (2002) os primeiros terreiros de Batuque surgem no Rio Grande do Sul nas cidades de Rio Grande e Pelotas entre os anos de 1833 e 1859, ele cita que há duas versões de sua fundação no Estado:

[...] uma que afirma ter sido o mesmo trazido para região por uma escrava, vinda diretamente de Recife; e outra que não associa a um personagem, mas às etnias africanas que o estruturam enquanto espaço de resistência simbólica à escravidão. (ORO, 2002, p.349)

Já o pesquisador O.F.R. explica algumas dessas diferenças:

“Toda fundamentação de uma casa de religião, ou de um terreiro, ou uma comunidade negra, a casa de religião é cuidada por Bará, no Rio Grande do Sul é um Orixá de Eledá de cabeça, diferente do candomblé da Bahia.”

No Rio Grande do Sul Batuque é um termo genérico aplicado aos ritmos produzidos à base da percussão, é uma religião que cultua doze Orixás e segundo Oro (2002, p. 352) divide-se em “lados” ou “nação”, tendo sido, historicamente, as mais importantes as seguintes:

[...] Oyó, tida como a mais antiga do estado, mas tendo hoje aqui poucas representantes e divulgadores; Jeje, cujo maior divulgador no Rio Grande do Sul foi o Príncipe Custódio; Ijexá, Cabinda e Nagô são outras nações de destaque nesse estado.

No documentário Borel nos explica:

Então o negro africano, nós, nós somos africanos, porque somos da nossa religião. Essa religião nossa os Orixás são os mesmos, não muda, são três mil e poucos anos que são firmados. O santo verdadeiramente como a gente chama, não são nada mais, nada menos que o próprio universo, então os elementais, os elementos que nos rege e cada um desses elementos representa um Orixá. (MESTRE..., 2010)

Já em Porto Alegre, a partir da metade do século XIX, onde a maioria dos negros se encontravam nas chamadas Colônias Africanas e “Bacia”,

localizadas nas bordas de chácaras e propriedades, que eram chamadas de zonas insalubres e seus habitantes vistos como membros de “classes perigosas”, há relatos de cultos afro-brasileiros praticados nessa região.

E são destas colônias as histórias que ouvimos hoje, nas religiões de Matriz Africana, o tempo é o fundamento, pois são baseadas em tradições orais e vivenciadas no dia-dia. Dentro do terreiro será construída a identidade do indivíduo, em questões de éticas e valores, uma identidade coletiva que é para além de sua identidade individual. O que todos os pais de santo dizem é que se aprende a religião a partir da cozinha e logo se vai para o quarto de santo, então a religião é aprendida nos momentos de praticas sagradas, a memória de reviver é ouvir a ancestralidade.

4.4 O ORIXÁ BARÁ

O Orixá mais próximo dos seres humanos de todos os Deuses africanos, segundo citação de Milioli et al (2008, p. 78) no Batuque são cultuados doze Orixás que são ligados as forças da natureza. Bará faz a ligação entre “*Orún*” (mundo material) e “*Aiyê*” (mundo espiritual), Bará ou Oba-Ara (Oba= Rei e Ara=corpo) é o primeiro Orixá dos Orixás, seu nome é traduzido como “aquele que sustenta a vida” individual e coletiva, um Orixá que todos tem, dono dos caminhos e encruzilhadas, ligado as questões de trabalho e dinheiro, mas também pode ser chamado para resolver questões fertilidade e fecundação, pois cuida da parte sexual dos seres vivos e de seus órgãos reprodutores, simboliza o movimento, seu dia da semana é segunda-feira, sua cor é vermelho, seus símbolos são a foice, corrente, punhal e duas chaves que abrem e fecham caminhos.

Segundo Cunha (2007, p.12):

O Bará é quem abre e fecha caminhos, facilitando e dificultando a vida das pessoas. É o mais humano dos Orixás, pois o seu caráter lembra o do ser humano, de um modo geral, muito instável em suas ações e atitudes. [...] Como Bará é conhecido por abrir e fechar caminhos, um de seus símbolos é a chave, que abre não apenas os caminhos, mas tudo que possa imaginar em relação a dinheiro (outro símbolo do Bará), tendo assim grande ligação com o comércio e por consequência com os mercados.

O.F.R. em seu depoimento traduz Bará como:

O Orixá Bará é Obá é rei, Bará é corpo. O Bará é o rei do corpo, que rege a fecundação, o Orixá da concepção, então todo mundo que nasce, tem que nascer com um corpo, que é o Bará.

Segundo o sincretismo de Matriz Africana existem pelo menos cinco qualidades de Bará:

- **Bará Elegba:** responsável pelo início e fim da vida dos homens, também faz a segurança da parte externa dos terreiros.
- **Bará Lodê:** o Orixá das chaves que abre e fecha caminhos, cuida das estradas, encruzilhadas e matas, guardião da parte externa dos terreiros.
- **Bará Lanã:** é quem abre as estradas, guardião da porta dos terreiros.
- **Bará Adague:** responsável pela defesa do Ilê, mensageiro dos Orixás através do jogo de búzios, guardião da parte interna do terreiro.
- **Bará Agelu:** regula a multiplicação de todas formas de vida na terra, guardião dos Orixás e das areias da praia.

O.F.R. também fala sobre as tipologias de Bará:

No mínimo são três tipos de Bará, o Bará Adague, o Bará Lanã que é o que responde no cruzeiro, Adague fica na frente da casa, ele representa também o cruzeiro, só que o cruzeiro de mata, pode ser até lomba de cemitério se fosse o caso. E o Bará Agelú que é um Bará que não chega a ser uma criança, que responde nas encruzilhadas perto das águas.

Sobre este Orixá que também é chamado de Exú Bará encontramos diversas lendas e mitos que contam sua história e nos fazem entender mais sobre suas características, trajetórias e significado para religiões de Matriz Africana, da (Mãe..., 1990) é contado que *Obatalá*⁴ criou o mundo e foi descansar, se aproveitando da oportunidade Exú trocou todas coisas de lugar,

⁴ Orixá da paz que foi delegado para iniciar a criação do mundo.

quando acordou este retomou o equilíbrio, mas Exú já havia colocado o movimento no mundo, este que fala todas as línguas é o mensageiro de Deus o principio da transformação.

Então podemos identificar Bará como o senhor dos caminhos, quem governa o fluxo das energias e as necessidades humanas, sempre será servido primeiro nas obrigações religiosas, pois será ele que fará o intermédio entre os Deuses e os mortais.

4.5 A TRADIÇÃO DO BARÁ DO MERCADO

Em Porto Alegre a Tradição do Bará do Mercado é uma das mais fortes realizada e reconhecida pelas religiões de Matriz Africana, localizada ao centro do Mercado Público de Porto Alegre, em uma encruzilhada da confluência das quatro entradas principais do prédio histórico, está o Orixá Bará, que guarda a cidade, abre os caminhos e traz a fartura para seu povo.

Cavedon (2004, p.8) diz que “o Mercado público de Porto Alegre desempenha um papel relevante para os cultos de origem afro-brasileira em especial para o “batuque”.”

Nesse ambiente existem duas versões para história do assentamento do Bará: a primeira seria que escravos que trabalharam na construção do Mercado teriam enterrado este Orixá e a segunda seria que o príncipe Custódio teria assentado Bará para abrir os caminhos da banca a qual era proprietário.

Da primeira versão podemos analisar que durante a construção deste prédio, os negros escravos ali assentaram uma obrigação para o Orixá Bará que é responsável pela abertura dos caminhos para O.F.R. pesquisador das religiões de Matriz Africana

Já M.J.D. um iaô diz que:

Em frente ao Mercado era a venda de escravos, então os escravos chegavam e ficavam ali para serem vendidos. Ali havia uma pedra bem no centro do mercado, e toda a pedra que é lisa, a pessoa de religião consegue identificar, cada pedra tem um jeito diferente que tu pode identificar de qual Orixá e a pedra que tinha no centro do mercado era a pedra do Bará. Quando começou muito essa história do Bará e naquela época o cristianismo ainda era muito forte, pessoas decidiram que teriam que polir esta pedra, tirar ela dali, pois

estava sendo muito cultuada pelos escravos. Mas o que aconteceu foi que a pedra por si só começou a se enterrar no Mercado, e ela se enterrou até o momento em que sumiu dali, depois de muitos anos mexeram no mercado, mas nunca ninguém achou a pedra. Minha Mãe de Santo tem obrigação a mais de 60 anos, 65 anos e o Pai de Santo dela já era velho, e essa história vem desde aquela época.

O Babálorixá T.S.M. recebeu de ensinamentos dos seus antepassados que:

Na época dos escravos o Bará, quando eles construíram o Mercado Público, foi sentado ali, pois era à entrada de Porto Alegre, este é um Bará Agelú, que quando fizeram o Mercado de novo, mexeram nele, viraram ele, porque na realidade é para ele esta virado para Mauá a rua do Rio, pois era para ele abrir o movimento dos comércios da volta. Como os trabalhadores feirantes, estivadores eram sua maioria negros, aquele Bará foi sento ali por uma quantidade de escravos para que abrisse seus caminhos e movimentassem suas vendas. Assim foi a mão de obra negra que construiu o Mercado quem assentou o Bará. Isso é o que dizem os antigos, e eu acredito.

Nas falas e na memória do povo de religião de Matriz Africana, ainda resta muita duvidas de quem assentou ou que começou a cultuar o Bará do Mercado, mas isso não tira a fé e o respeito que eles têm por aquele espaço sagrado. Assim como Borel o pesquisador O.F.R. também tem uma certeza que aquele Bará é da cidade:

É o Bará da cidade, o Bará do mercado é o Bará da cidade, porque a mão de obra negra quando construiu o mercado, fixaram o Bará, porque ali era a entrada de Porto Alegre, porque entrava e saia tudo que se comia, tudo que se negociava. Bará é o Orixá do movimento, toda movimentação cósmica se inicia com Bará.

Bará do Mercado é o Bará da cidade por que?

Porque o príncipe Custódio quando chegou aqui, o mercado já existia, e não foi o príncipe Custódio que trouxe a religião para o Rio Grande do Sul, a religião africana veio junto com os primeiros negros que aqui chegaram, então quando Custódio chegou a religião já estava bem colocada.

Chegamos aqui em 1700 e alguma coisa, então não foi o príncipe Custódio que começou as manifestações negras, essas começaram em Rio Grande, então as primeiras casas de religião que se comenta vieram de Rio Grande e Pelotas.

Então quando o príncipe chega o mercado já existia, ele até pode ter ido lá saudar, fazer uma cerimônia pra ele de saudação e fixação de energias necessárias para defesa dele, mas que ele tenha assentado o Bará do Mercado eu não concordo. Eu acho que foram os negros que fizeram o mercado, isso é uma tradição.

E essa discussão gira em torno de diversas fontes consultadas, no documentário da A tradição do Bará do Mercado alguns Babálorixas falam a respeito do assentamento do Bará, Mãe Angelica de Osun faz seu relato sobre a tradição:

Alguns historiadores contam que foi o príncipe Custódio que fez o assentamento aqui. Os próprios escravos durante a construção é que eu acho mais plausível, para a própria proteção deles e para consagração do local. É um espaço sagrado, porque eles poderiam vir aqui em quanto escravos, transitar por aqui, fazer compras, fazer carretos para os outros. Então vinham aqui carregavam suas mercadorias e faziam suas obrigações. (A TRADIÇÃO..., 2007)

No mesmo documentário Babá Iyedigba de Iyemonja diz:

Foram nossos ancestrais que construíram, deram o suor e que trabalharam, além de ter a presença da ancestralidade, ali foi feito um assentamento de Bará, foi feito um fundamento, aquela terra ali vai ser sempre sagrada.” (A TRADIÇÃO..., 2007)

Então de onde teria surgido a história do príncipe se não dos terreiros, o que sabemos sobre ela é que o príncipe Custódio foi um líder religioso da comunidade africana em Porto Alegre, suas práticas religiosas marcaram nossa cidade e sua imagem percorre os corredores do Mercado Público como um mito para os filhos das religiões de Matriz africana. Seu nome completo era José Custódio Joaquim de Almeida, o Príncipe de Ajudá foi um dirigente tribal africano. Seu nome original era *Osuanlele Okizi Erupê*, teve que se exilar no Brasil, devido a uma série de questões políticas que ocorreram em seu Reino decorrente, principalmente, do processo imperialista europeu infringido a maioria das regiões africanas durante o século XIX.

Recebia um subsídio da Inglaterra concedida após um acordo onde não ofereceria resistência aos invasores, desde que fosse respeitada a vida de seus súditos e em troca seria exilado jamais voltando a seus domínios. Não dominava a língua portuguesa, mas se expressava muito bem em francês e inglês.

Sua chegada ao Brasil se deu primeiramente no Estado da Bahia em 02 de setembro de 1898, onde teria adotado o nome de José Custódio Joaquim de

Almeida, já no Rio de Janeiro, onde após consultar os orixás pelo jogo de búzios é orientado a seguir para o Sul do Brasil.

A informação é que sua chegada ao Rio Grande do Sul foi no ano de 1899 na cidade de Rio Grande, morou em Pelotas e Bagé onde realizava cultos religiosos de tradição africana atendendo pessoas doentes que o procuravam.

Nas entrevistas realizadas temos o depoimento de M.O. que diz:

A nossa religião de Matriz Africana é muito feita de oralidade, o que se sabe, os antigos, as pessoas que já se foram passaram para nós é que foi o príncipe Custódio, Babalorixá que veio da África pra cá e sentou suas obrigações, não somente no mercado, mas também no Palácio, na entrada de Porto Alegre que é ali perto da Santa Casa de Misericórdia também tem obrigação ali naquela praça, que era para ter movimento e seguimento na religião de Matriz Africana.

No documentário um dos Babálorixás Alabé Adãozinho do Bará também cita o príncipe: “Uma das histórias que a gente tem conhecimento foi que no tempo de Borges de Medeiros o finado príncipe Custódio assuntou o Bará do Mercado para a defesa nossa.” (A TRADIÇÃO..., 2007)

Figura 09 – Príncipe Custódio



Fonte: Acervo do Memorial do Mercado Público

Devido a uma suposta amizade com o político Júlio de Castilho chega a Porto Alegre em 1901 para tratar de um câncer na garganta do então governador e amigo, e acaba por fixar residência com sua corte entre a região Central e a Colônia Africana na Rua Lopo Gonçalves.

Vinculado à elite rio-grandense era proprietário de uma coudelaria no fundo de sua residência onde criava seus nove cavalos, muitos importados da Inglaterra e ainda cuidava dos cavalos de importantes políticos.

Tornou-se “conselheiro secreto” dos governantes do Rio Grande do Sul como Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, realizando trabalhos espirituais no Palácio Piratini.

Custódio teria uma banca no Mercado Público de Porto Alegre, por isso é contada a história sobre o assentamento do Bará, a qual leva esse espaço ser considerado sagrado e de grande referência para as religiões Matriz Africanas. O assentamento do Bará não teria acontecido somente no Mercado Público, mas também no Palácio Piratini a pedido de governantes.

Seria por este motivo que até hoje adeptos da religião afro ao cumprirem sua iniciação na religiosa fazem o “passeio do Mercado”, onde jogam moedas no centro e compram alguma coisa para levar para casa sorte e prosperidade que habitam o local.

Sua morte foi veiculada nos principais jornais da época como **A Federação, Correio do Povo, Diário de Notícias e Folha da Tarde**, declarada em 28 de maio de 1935 aos 104 anos em sua residência, causa da morte foi atestada uremia, teria sido sepultado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Três anos depois sua ossada teria sido removida do cemitério por falta de pagamento.

No Mercado são conservados as bancas de produtos religiosos chamadas de Floras, estas após um acordo firmado na última reforma com a Prefeitura de Porto Alegre e a AFROBRAS (Federação das Religiões Afro-brasileiras), ficou estabelecido que só poderiam ter 4 (quatro) Floras no interior do Mercado, que formam uma encruzilhada, todas a esquerda de quem entra e a direita de quem sai, não podendo mudar seu seguimento se alguém adquirir uma destas bancas.

Segundo Marques (2008,p.6) o Mercado Público configura-se como um lugar de prática rituais pois, “[...] o “passeio” é a etapa fundamental nos ritos iniciáticos que o tornam efetivamente “pronto”.”

O Babálorixá M.O. fala sobre o passeio:

“Depois de todos preceitos feitos dentro da casa de religião, dentro do salão, dentro do terreiro, ficamos recolhidos fazendo as obrigações para os Orixás. Depois vamos fazer o passeio que envolve o Mercado que é a fartura, é o Bará que é o primeiro Orixá, o mais novo que abre os caminhos do cruzeiro. Depois se vai ao Cais do Porto onde

tem água que é o fator universal e depois vamos na igreja. O passeio é a liberação para tu voltar a vida normal daqueles dias em que ficou recolhido.”

O passeio é o momento de apresentar para a sociedade o novo Babálorixa segundo T.S.M. o passeio acontece:

“ Quando a pessoa se apronta na religião, a primeira coisa que fazem é o passeio, tem que ir ao Mercado Público, a praia e a uma igreja, tu vai ao Mercado Público para saldar Bará, tu vai pedir permissão primeiro, pois sem Bará não se faz nada, pois é ele quem faz a ligação do nosso plano aqui com os Orixás, então se vai até o Mercado Público joga as sete ou quatorze moedinhas para ele abrir os caminhos e continuar o ritual.”

Apesar das divergências de quem tenha assentado o Bará, o passeio é um ritual que não existem controvérsias entre os religiosos de Matriz Africana, após cumprir suas obrigações e voltar à vida civil, deve-se fazer o passeio, tendo como primeiro lugar a se visitar é o Bará do Mercado, para abrir os caminhos do novo ciclo que se inicia, para mostrar para sociedade seus novos sacerdotes, pois conforme sua crença este é um espaço sagrado, um local que pertence aos negros de Porto Alegre e seus ancestrais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso às fontes de informação sobre as religiões de Matriz Africana, ainda são feitos na maioria das vezes através da oralidade, com a obrigatoriedade da inserção de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, os profissionais da informação terão que assumir seu papel que é o de promover a identificação e a preservação dos patrimônios culturais. Este trabalho teve o objetivo de trazer a relação das comunidades de Matriz Africana com o Mercado Público de Porto Alegre, resgatando assim as fontes de informação que possam contar a importância do negro para história da cidade.

As fontes pessoais que transmitem a história oral permitem a preservação do passado através das histórias contadas, assim a tradição do Bará do Mercado vem sendo transmitida através dos tempos dentro dos terreiros de Porto Alegre. Sabemos que os cultos afro-brasileiros sobrevivem através dos tempos à tentativa da eliminação. Será por este motivo que as mães de santo mais antigas não deixavam seus filhos anotar os seus ensinamentos?

Se sim, não sabemos. Mas estas comunidades sobreviveram com seus rituais clandestinos, escondidos do olhar da polícia, como forma de preservar seus conhecimentos, tradições e idiomas trazidos da África. E hoje não são mais vistos somente como um grupo de ex-escravos reunidos, apesar de continuar sofrendo a intolerância das religiões neopentecostais.

Os adeptos de religião de matriz africana já podem ser vistos pela sociedade, e nós como profissionais da informação, temos o dever de levar para a escola a contribuição africana na formação da identidade do nosso País, assim começemos por nosso Estado, pois engana-se quem pensa que o Sul é branco.

Apesar da história se confundir, pois com certeza foi contada em chãos diferentes, uns de terra vermelha, outras quem sabe de cimento, não se pode negar, ao se levantar do chão terá que se fazer o passeio e a primeira visita será para o Orixá que abrirá todos seus caminhos, o Orixá que conversa com os humanos e os Deuses, o Orixá Bará.

O Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre tem feito um trabalho importante para resgatar a identidade e a cultura negra escondida na cidade, com este tipo de recurso podemos visibilizar e descobrir fatos históricos importantes para construção da identidade de uma comunidade. Não devemos ver o museu só como uma fonte primária, mas sim com a possibilidade de criar correlações com objeto em diferentes contextos. O mosaico do Bará que fica localizado ao centro do Mercado Público de Porto faz parte desta grande ideia de aproximar à história as pessoas da cidade.

A tradição do Bará do Mercado é um culto centenário vivido por varias gerações das religiões de Matriz Africana, o marco do Bará não é importante só para Babalórixás e seus iaôs, é importante para contar a história do começo da cidade, contar quem foi a mão de obra utilizada na construção da cidade e qual era a sua fé.

REFERÊNCIAS

- A TRADIÇÃO do Bará do Mercado: os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre, A. Direção: Ana Luiza Carvalho da Rocha. Produção: Anelise Guterres. Porto Alegre: PMPA/SMC/CMEC, 2007. 1 DVD (54:52 min), son., color.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.155 – 202.
- ALVES, Rubens. **O Enigma da Religião**. 4ª ed. Campinas: Ed. Papirus, 1988.
- ARARIPE, Fátima Maria Alencar.. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111- 122, maio/ago., 2004.
- ARRUDA, Susana Margaret de. **Glossário de Biblioteconomia e Ciências afins: português – inglês**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 229 p.
- BARYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- BRASIL. Decreto de lei nº25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov.1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 11 out. 2014.
- _____. Decreto de lei nº 3.551 de 04 de agosto de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 11 out. 2014.
- CAVEDON, Neusa Rolita; FANTINEL, Letícia Dias. “**Enquanto a chaleira chia o amargo eu vou cevando**”: entrecruzando as culturas regionais, locais e organizacionais no Mercado Público de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2366&Itemid=230> Acesso em 15 nov. 2013.
- CAVEDON, Neusa Rolita. “**Pode chegar, Freguês**”: A cultura organizacional do Mercado Público de Porto Alegre. Disponível em:<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2002/COR/2002_COR153.pdf> Acesso em 15 nov. 2013.
- DANTAS, Rhian. **Incendio no Mercado Público de Porto Alegre em 2013**. Figura 04. 1 fotografia, color. Porto Alegre, 07 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/fotos/2013/07/incendio-atinge-mercado-publico-de-porto-alegre-na-noite-deste-sabado.html>. Acesso em: 29 maio 2015.

DAVENPORT, T.H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em : < <http://www.brapci.ufrpr.br/documento.php?dd0=0000004848&dd1=7a191>> Acesso em: 15 out. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Iphan, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). Carta de Veneza, de maio de 1964. Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

LAKATO, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MÃE de Santo. Epsódio Exú. Produção de Paulo César Coutinho. Direção: Henrique Martins; Alvaro Fugulin. Rio de Janeiro: Rede Manchete, 1990. Minissérie. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=kfS6_4hmGNM>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MASON, R. O. What is an Information Professional? **Journal of Education for Library and Information Science**, Arlington, Va., v.31, n.2, Fall 1990.

MARQUES, Olavo Ramalho. **O mercado sagrado**: identidade e territorialidade entre afro-religiosos em Porto Alegre/RS. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho: Cultura Popular, Patrimônio Imaterial e Cidades. (Coord.) Luciana Carvalho (Iphan) e Sérgio Ivan Gil Braga (Ufam), 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 01 e 04 de junho. Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: < http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2013/olavo%20ramalho%20marques.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2013.

MERCADO PÚBLICO PORTO ALEGRE. **Área Central 1909 - Mercado Público com segundo piso**. Figura 01 p&b; Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=19>. Acesso em 20 nov.2013.

_____. **Área Central 1909 – Mercado Público com segundo piso.** Figura 02 p&b; Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=19>. Acesso em 20 nov.2013.

_____. **1912 - Primeiro incêndio.** Figura 03 p&b; Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=19>. Acesso em 20 nov.2013.

_____. **Príncipe Custódio.** Figura 09 p&b; Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=19>. Acesso em 20 nov.2013.

MESTRE Borel: ancestralidade negra em Porto Alegre. Direção: Anelise Guterres. Co-direção: Baba Diba de Yemanjá. Porto Alegre: PMPA/SMC, 2010. 1 video (54:44 min), son. , color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ftjdoUEC4b0>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

MILIOLI, Bárbara Eliana et al. Entre a Mina, o lixão, a escola e os Orixás: encontros locais de memórias e histórias do bairro Renascer. In: MANOEL, Iolanda Romeli Lima (Org.). **Caderno pedagógico**: Criciúma. Itajaí: Ed. Maria dos Cais, 2008. p.65-84. Disponível em: < <http://www.criciuma.sc.gov.br/pmc/>> Acesso em:11 out.2014.

MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE. **Tambor.** Figura 05. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Pegada Africana.** Figura 06. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Bará do Mercado.** Figura 07. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Painel Afrobrasileiro.** Figura 08. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto de História, n. 10, São Paulo, Educ/PUC, p.7-28, 1993.

ORO, Ari Pedro. Os negros e os cultos Afro-brasileiros no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996. p. 147-157.

ORO, Ari Pedro. **Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente.** *Estud. afro-asiát.* [online]. 2002, vol.24, n.2, pp. 345-384. ISSN 0101-546X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eea/v24n2/a06v24n2.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2013.

ORO, Ari Pedro; ANJOS, José Carlos dos; CUNHA, Mateus. **A tradição do Bará do Mercado.** Porto Alegre: PMA/SMC/CMEC, 2007.

PORTO ALEGRE. Lei nº 9.570, de 03 de agosto de 2004. **Sistema integrado de referência legislativa**, Porto Alegre, RS, 03 ago. 2004. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000027360.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>> Acesso em: 10 out. 2014.

PRISCO, Carmen S. **Religiões de Matriz Africana e a escola.** São Paulo: Ilé Asé Enstituto Oromilade, 2012.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um espaço na história urbana. **Cidades**, São Paulo, v.3, n.5, p.81-100, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/505/537>>. Acesso em 25 nov. 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos históricos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. História, história oral e arquivos na visão de uma socióloga. In: MORAES, Marieta de. (Org.). **História oral.** Rio de Janeiro: 1994.

RAMOS, Janice Dias. Museu de Percurso Negro: arte e memória nas ruas. In: _____. **Museu de Percurso Negro em Porto Alegre: etapa IV.** Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2015. p. 21 – 31.

RHODEN, Luiz Fernando. O patrimônio imaterial: algumas reflexões sobre o registro. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31, p.253 – 260, jan./jun.2002.

SABATOVSKI, Emilio. **Constituição Federal de 1988.** 5. ed. Curitiba: Juruá, 2010. 250 p.

THPSON, Paul. História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo : SESC SP : Museu da Pessoa : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. Cap.1, p.15-42

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural. 1972. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 2003. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>> Acesso em: 11 out. 2014.

VARGAS, Pedro Rubens. O museu de Percurso do Negro em Porto Alegre ou, para muitos, a surpreendente história de um museu que não parece museu dedicado a um gaúcho que não é percebido como gaúcho. In: RAMOS, Janice D.; VARGAS, Pedro R. N. F.; SOUZA, Vinicius V. (Org.). **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**: etapa IV. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2015. p. 7-19.

VILLASEÑOR RODRIGUEZ, Isabel. Los instrumentos para la recuperación de la información: las fuentes. In: TORRES RAMÍREZ, Isabel de (Ed.). **Las fuentes de información**: estudios teórico-prácticos. Madrid: Síntesis, 1998. Cap. 2, p. 29-42.

APÊNDICE A – Roteiro para coleta de depoimento com pesquisador

Cara Sr. :

Esta entrevista objetiva identificar a história sobre a tradição do Bará no Mercado Público de Porto Alegre.

Os dados obtidos a partir desta entrevista serão utilizados de forma anônima, apenas para fins acadêmicos, referentes a análise e projeção de resultados da pesquisa

Patrícia Adorno Aguiar (cartão – 172778)

Curso de Biblioteconomia – UFRGS

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Dados de Identificação

Instituição: _____

Questões da pesquisa

1. Comente sua relação com o Mercado Público de Porto Alegre.
2. Comente o que você sabe sobre a tradição do Bará do Mercado.
3. O que pode me sobre o passeio do Mercado ?
4. Qual importância deste patrimônio para os adeptos das religiões de Matriz africana no Rio Grande do Sul?

APÊNDICE B – Roteiro para a coleta de depoimento de Babalorixá ou Filhos de Santo

Cara Sr. :

Esta entrevista objetiva identificar a história sobre a tradição do Bará no Mercado Público de Porto Alegre.

Os dados obtidos a partir desta entrevista serão utilizados de forma anônima, apenas para fins acadêmicos, referentes a análise e projeção de resultados da pesquisa

Patrícia Adorno Aguiar (cartão – 172778)

Curso de Biblioteconomia – UFRGS

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Dados de Identificação

Instituição: _____

Questões da pesquisa

1. Comente sua relação com a religião de Matriz Africana.
2. Comente sobre a sua trajetória religiosa.
3. Comente o que você sabe sobre a tradição do Bará do Mercado.
4. Comente qual significado do passeio do Mercado?
5. Qual a importância deste patrimônio para os adeptos das religiões de Matriz africana no Rio Grande do Sul?